NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADIMINISTRAÇÃO DIRETA DO EXERCÍCIO DE 2015.

NOTA 1 - Contexto Operacional:

A Administração Direta compreende os órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por Nove Secretarias Municipais, RPPS e o Poder Legislativo.

NOTA 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

NOTA 3 - Critérios na elaboração das demonstrações contábeis e informações complementares:

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG n.º 163 de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para receitas e despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores. As alterações da situação líquida

patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais ativas (aumentativas) e passivas (diminutivas).

O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial, é composto pelas seguintes destinações legais, aqui denominados recursos vinculados:

RV	ORIGEM	SALDO ANTES RESTOS/OBRIG.	RESTOS A PAGAR	SUPERAVIT
0001	LIVRE EXECUTIVO	434.380,60	294.064,99	140.315,61
0020	EDUCAÇÃO M.D.E	9.252,53	9.160,73	806,06
0031	FUNDEB	1.539,96	0,00	1.539,96
0040	SAÚDE A.S.P.S	140.795,94	122.200,70	18.595,24
0050	R.P.P.S	13.041.582,48	665,41	13.040.917,07
1103	FEAS	15.964,92	0,00	15.964,92
1105	IGDBF	4.861,53	0,00	4.861,53
1106	SCFV	10.958,42	153,00	10.805,42
1107	PAIF	16.389,40	50,00	16.339,40
1108	SUAS	6.949,85	0,00	6.949,85
1201	MERENDA FEDERAL	2.563,76	0,00	2.563,76
1202	TRANSP.ESC. ESTADUAL	37.236,01	11.736,30	25.499,71
1207	SALÁRIO EDUCAÇÃO	28.243,80	26.370,00	1.873,80
1208	PNATE	66,26	0,00	66,26
1209	PDDE	17,94	0,00	17,94
1302	CIDE	2.683,70	2.352,00	331,70
1313	PATRIMONIO	25.838,53	0,00	25.838,53
1319	PAVIMENTAÇÃO MIN. CIDADES	122.925,00	245.850,00	(122.925,00)*
1344	ABATEDOURO MAPA	122.131,45	243.750,00	(121.618,55)*

1345	MEIO AMBIENTE	7.212,47	0,00	7.212,47
4001	VIGILANCIA SANITARIA	133,09	0,00	133,09
4011	ATENÇÃO BÁSICA EST.	151.817,84	1.075,00	150.742,84
8001	RETENÇÕES	44.820,93	44.820,93	0,00
8007	CAUÇÃO ABASE	2.692,32	2.692,32	0,00
4050	FARMÁCIA BÁSICA EST.	4.110,06	0,00	4.110,06
4090	ESF/SB/ACS-ESTADO	1.094,99	0,00	1.094,99
4190	VIGILANCIA EPID. ESTADO	2.814,07	0,00	2.814,07
4111	PRÓTESES DENTÁRIAS	35.769,41	984,32	34.785,09
4510	PAB FIXO FEDERAL	185,14	55,57	129,57
4520	ESF/ACS/SB FEDERAL	187.125,76	3.213,00	183.912,76
4521	PMAQ FEDERAL	102.825,29	0,00	102.825,29
4590	SIA SUS	153,14	0,00	153,14
4710	VIGILANCIA EPIDEM. FED.	3.298,37	2.067,81	1.230,56
4760	VIGILANCIA SANITARIA	467,98	0,00	467,98
4770	FARMÁCIA BÁSICA FED.	23.202,47	0,00	23.202,47
4929	ACADEMIA VIDA ATIVA	2.444,83	153,00	2.291,83
4935	UBS - SEDE FEDERAL	47.594,41	114.010,59	(66.416,18)*
4939	FUNASA HABITACÃO	10.016,68	0,00	10.016,68

*Os valores lançados na coluna superávit com saldo negativo, nos vínculos 1319 - 1344 e 4935, estão registrados no ativo na conta haveres das esferas estadual e federal.

Dívida Ativa - Curto e Longo Prazo

A segregação da dívida ativa em curto e longo prazo foi

realizada mediante a metodologia mais simples de cálculo sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que prevê que o montante a ser registrado em curto prazo seja estimado pelo dobro da média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios. O longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa.

Dívida Ativa - Ajuste a Valor Recuperável

Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa, utilizou-se no ajuste a valor recuperável a técnica sugerida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III, baseada no Histórico de Recebimentos Passados, cuja técnica é a seguir apresentada:

1) constituiu-se o referido ajuste pela média percentual dos recebimentos totais ao longo dos últimos três exercícios;

2) calculou-se a média percentual de recebimento na arrecadação e percentual de frustração.

NOTA 4 - Gestão do Patrimônio:

O controle patrimonial se dá por meio do registro adequado de todos os bens do Município, que em razão de seu uso corrente não perdem sua identidade física e/ou têm durabilidade superior a dois anos. O registro patrimonial é o procedimento administrativo que consiste em cadastrar no patrimônio do órgão ou entidade as características, especificações, número de tombamento, valor de aquisição e demais informações sobre um bem adquirido. A contadoria do município faz o lançamento contábil no Sistema Patrimonial de forma sintética. O inventário é o procedimento administrativo realizado por meio de levantamentos físicos, que consiste no arrolamento físico de todos os bens

existentes. É o processo de contagem física dos bens com o objetivo de verificar a exatidão dos registros de controle patrimonial, mediante a realização de levantamentos físicos em um ou mais setores do órgão ou entidade, bem como de fornecer subsídios para a avaliação e controle gerencial de materiais permanentes. Porém, o município não possui servidores no setor patrimonial o que impede verificar a posição atual dos bens patrimoniais.

NOTA 5 - Utilização subsidiária de normas nacionais e internacionais:

Não foram utilizadas subsidiariamente normas nacionais e internacionais na confecção das demonstrações contábeis durante o exercício de 2015, sendo que as mesmas foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei número 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes, seguidas dos procedimentos aplicados e impactos causados no patrimônio:

NOTA 6 - Ativos imobilizados e intangíveis obtidos a título gratuito:

Durante o exercício de 2015 o município não recebeu ativos imobilizados e/ou intangíveis a título gratuito.

NOTA 7 - Consolidação das demonstrações contábeis:

Esta consolidação das demonstrações contábeis é composta pelos órgãos da Administração Direta, conforme evidenciado na NOTA 1 - Contexto Operacional, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

a) os ajustes e as eliminações decorrentes do processo

de consolidação foram realizados em documentos auxiliares e não originaram nenhum tipo de lançamento na escrituração das entidades que formam a unidade contábil;

b) as demonstrações contábeis integrantes da consolidação foram levantadas na mesma data.

Foram ressaltados nesta relação de notas explicativas os principais aspectos da gestão financeira, econômica e patrimonial do exercício de 2015, portanto, esta administração fica a inteira disposição para os esclarecimentos que assim forem necessários.

Novo Machado/RS, 08 de março de 2016.

Airton José Moraes
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Novo Machado
Airton José Moraes
Prefeito Municipal
CPF: 510.586.340-20

Claudenir Pradebom
Secretário da Fazenda

Claudenir Pradebon
Secretario da Fazenda
CPF: 059.030.380-34

Maria Helena Dalla Costa
Contadora

Maria Helena Dalla Costa
Contadora
CRC/RS 055836/0-7 - CPF 377.526.690-91